

Atribuições de papéis, identidade de gênero e disciplina dos corpos infantis

Ravelli Henrique de Souza¹
Karina de Toledo Araújo²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal investigar as análises sobre disciplina e vigilância propostos por Michael Foucault nos espaços formativos escolares no contexto da sociedade contemporânea. A disciplina e a vigilância atuam como mecanismos de controle que por meio de técnicas minuciosas tem por objetivo moldar o comportamento dos seres humanos para se tornarem suscetíveis a obediência e subservientes a norma. Desta maneira, tais mecanismos acarretam na produção de corpos dóceis, ou seja, sujeitos submissos, passivos, obedientes que se encaminham na contramão do objetivo pedagógico das mesmas instituições, que é o de formar indivíduos autônomos, pensantes, críticos e reflexivos. A questão norteadora é: quais são as implicações do trabalho pedagógico na escola referente à atribuição de papéis de identidade de gênero e disciplina dos corpos infantis? Os corpos de meninas e meninos são educados na escola a partir da educação infantil, portanto é preciso discutir a reprodução dos papéis sociais padronizados atribuídos aos meninos e meninas como integrantes da escola. Como resultado, concluímos que há a necessidade de que, os profissionais educacionais compreenderem os mecanismos disciplinares frequentemente utilizados nas instituições de ensino, a fim de que haja possibilidades emancipatórias de se pensar a escola enquanto formadora e interceptora de espaço e tempo de liberdade e autonomia.

Palavras-chaves: Controle Disciplinar; Educação Infantil; Punição; Violência Simbólica.

¹ Universidade Estadual de Londrina; Mestrando em Educação; ravelli_28@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina; Doutora em Educação; karina.araujo@uel.br.

Introdução

As escolas possuem papéis importantes quando se trata de generalizar corpos, criando artefatos culturais acima de discursos normativos para moldar o comportamento do ser humano. As instituições escolares acatam as imposições da sociedade disciplinar em seu “modelo” pedagógico. Tal sociedade, se utiliza de mecanismos disciplinares para controlar corpos dos indivíduos que, por sua vez são moldados para serem dóceis a partir do controle social. Por um lado, a escola pensa na formação dos estudantes como sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, mas acaba por estabelecer uma dicotomia pertinente, formando indivíduos submissos.

A pesquisa é de cunho bibliográfico e traz como problematização, analisar quais são as implicações do trabalho pedagógico na escola referente à atribuição de papéis de identidade de gênero e disciplina dos corpos infantis? Tendo como objetivo entender como os corpos de meninas e meninos são educados na escola a partir da educação infantil e também identificar a reprodução dos papéis sociais padronizados atribuídos aos meninos e meninas como integrantes da escola.

A disciplina no ambiente escolar

Para ter um controle individual sobre cada sujeito e acabar com a displicência estudantil, as técnicas disciplinares transformaram as instituições escolares em verdadeiras máquinas de ensinar, pois através delas, foi possível atender um número com maior abrangência de alunos ao mesmo tempo. A organização do espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar que “permitiu ultrapassar o sistema tradicional” (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando) (FOUCAULT, 1996, p. 173). Isso propiciou o controle simultâneo dos alunos que se distribuía em seus lugares individuais. Então o mecanismo disciplinar “organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 1996, p. 173).

A essência panóptica³ da escola ainda continua, mesmo com a produção do saber passando por um processo de reformulação diversas vezes, as técnicas disciplinares ainda se articulam pelo ambiente. Por conseguinte, os princípios como a clausura, o quadriculamento e a localização individual, definidos por Foucault (1996) são mecanismos instaurados como forma de poder sobre os corpos dos indivíduos, ainda permanecem inseridos em seu cotidiano, fazendo necessária a ‘arte’ da distribuição dos sujeitos.

É fidedigno observar que a disciplina organiza um espaço analítico, de modo que, nas escolas os alunos são divididos por salas de aula, possuintes de carteiras individuais que formam um espaço organizado e útil, possibilitando identificar mais facilmente aqueles que não cumpriam bem suas tarefas, que tem ausências, além de “poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Tais procedimentos servem, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 1996 p.169). Os professores através do relatório de classe, registram tudo o que aconteceu naquele dia, o que foi ensinado, se algum aluno agiu de forma inadequada, se foi necessário a presença do diretor, se não quis cumprir alguma tarefa. Além da chamada em que controla as ausências de cada um, se o aluno tem muitas faltas seguidas, os pais são comunicados, e, se necessário, responsabilizados pelas ausências do filho, desta forma a vigilância se instaura dentro da casa dos indivíduos. É importante ressaltar que essa vigilância se aplica também aos professores, da mesma forma que os alunos estão sendo analisados e julgados todo o tempo, com os mestres, isto também ocorre. O mesmo relatório de classe que serve para controlar as atividades dos educandos, também controla os docentes, analisando seus conteúdos, se estão de acordo com o que foi pré-estabelecido, se consegue dominar as aulas e atingir seus objetivos, enfim, sua forma de ensinar também passa por um julgamento diariamente.

As atividades escolares são controladas por mecanismos disciplinares que estabelecem horários para a realização destas. A utilização do tempo, na escola, é cronometrada e intensificada, cada horário é ocupado por uma atividade determinada, seguindo um ritmo que permita que o processo de aprendizagem seja acelerado (CRUZ, e FREITAS, 2011 p.43). Esse tempo é controlado desde a educação infantil em que as crianças tem horários determinados, para chegar, guardar os brinquedos, se socializar, comer, dormir,

³ Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente (FOUCAULT, 1996, p. 224-225).

acordar, brincar, ir ao banheiro, tomar banho, em suma, todas as atividades são determinadas por uma rotina diária, que faz com que os sujeitos sejam disciplinados e obedientes a partir da infância.

Outra forma de controle disciplinar, definida por Foucault (1996) é ainda hoje, na segunda década do século XXI, utilizada pelas instituições de ensino, a saber: a decomposição do tempo. Dessa forma não só o controle temporal é necessário, mas nas atividades escolares o tempo deve ser decomposto por sequências. Para tanto, seria necessário “Organizar essas sequências segundo um esquema analítico — sucessão de elementos tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente” (FOUCAULT, 1996 p.183). São propostas aos alunos uma série de atividades, e na medida em que vão concluindo essas tarefas, o grau de complexidade vai aumentando, sendo possível assim, também, controlar o ritmo da aprendizagem. Ao final desses ciclos de atividades os sujeitos passam por uma avaliação, mecanismo este que, segundo Foucault (1996) tem uma tripla função: “indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo” (FOUCAULT, 1996 p.184), além de vigiar e controlar os próprios professores, já que o fracasso dos alunos diante dos exames, reflete também a forma de ensinar do professor.

Não satisfeita com essas técnicas, a escola ainda se utiliza do exame para possibilitar uma espécie de produção de saber para ser documentado referente aquele determinado aluno. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam (FOUCAULT, 1996, p. 213). Intensificando assim, um processo de individualização em que são anotadas as dificuldades, desempenhos e avanços dos alunos. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação (Ibid, p. 213). Que por fim, através desse processo é possível também classificar os alunos, separá-los por séries, com níveis de aprendizagem diferentes.

As séries diferenciadas possibilitam o controle de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno, bem como o castigo e correções necessários a cada um. E garante também que todo o tempo do aluno se transforme em tempo de produção. A organização combinatória, também denominada de composição de forças trata-se de compor forças para obter um aparelho eficiente. Consiste em ajustar o corpo ao tempo do outro e extrair dessa junção a maior quantidade de força possível, obtendo assim, um ótimo resultado. Desse modo, pode-se obter a força de um aluno tanto isoladamente quanto coletivamente, já que o sucesso de uma tarefa depende tanto de um quanto de todos e o fracasso de um compromete o sucesso de todos. (CRUZ, e FREITAS, 2011 p.43)

Apesar de individualizar os sujeitos, separando-os por idade, desenvolvimento e capacidades, para o sucesso da “máquina de ensinar” e ainda é necessário o conjunto, pois o todo precisaria funcionar bem. Dessa forma, ao mesmo tempo em que imprime um rosto aos sujeitos, separando-os da massa homogênea, combinava suas forças (capacidades), já que “A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente” (FOUCAULT, 1996 p.189).

Os indivíduos são moldados, segundo a norma a contar da infância, em um sistema que os adentra ao invés de torná-los sujeitos pensantes, dado que, a todo momento são usados de artimanhas para induzi-los ao bom comportamento e à obediência cega. Esses recursos consistem em pequenas premiações, a nota é utilizada com maior frequência, pois serve, além de premiar aquele aluno, também como uma forma de vigilância e controle. Com as crianças o jogo de premiações e castigos é demonstrado com maior clareza. A educação infantil se utiliza muito de micro penalidades. As crianças que não cumprem as normas da instituição podem ficar na “cadeirinha do pensamento”, um lugar determinado para que ela fique separada dos demais. Assim, “aquele aluno que não se enquadre na organização, no comportamento ou até mesmo na forma de brincar ou de correr ‘adequado’ é colocado nesta cadeira para ‘pensar nos seus atos’”. (CASSIANO, e SILVA, 2012 p.103). Esses mecanismos de poder, vigilância e disciplina fazem com que, ao saírem da escola, os corpos já estejam suficientemente dóceis e treinados para servirem ao sistema capitalista.

Uma prática comum nas escolas que também reflete a vigilância hierarquizada são os líderes de turma, uma espécie de aluno, “ajudante” do professor. Geralmente o aluno escolhido é o “melhor” da turma, e que na verdade servirá como um fiscal, pois na ausência do mestre, ele fica como responsável pelos demais, anota os nomes de quem não se comportou ou deixou de cumprir alguma tarefa, quem não seguiu as normas. Esses indivíduos têm pretensiosamente uma ideia de poder sobre os outros, porém ele é só mais um mecanismo utilizado para controle, já que todos estão inseridos no mesmo contexto.

A vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 1996, p. 201). Outra forma de mostrar que os mecanismos de poder e vigilância na escola não são utilizados apenas para alunos, é o livro ponto, utilizado para controlar a ausência e presença dos professores.

Atribuição de papéis e violência simbólica das identidades

A generificação do corpo, acontece no ambiente escolar, desde os anos iniciais da infância. Neste sentido, os professores, por exemplo trivializam brinquedos e brincadeiras e separam meninos de meninas em jogos e brincadeiras que consideram como masculinas e femininas em um discurso normativo. Segundo Kishimoto (1997) pode-se observar que, o brinquedo é um objeto que se torna íntimo da criança depois que o é apresentado a ela, criando uma relação com o brinquedo, que na maioria das vezes é até difícil de se desapegar-lo, pois ele é uma representação da realidade para criança, tal como, quando uma menina pega uma boneca para brincar, ela cuida da boneca como se fosse uma filha, logo a boneca seria a representação de sua prole, na maioria das vezes a criança trata a boneca da mesma forma que a mãe a tratou. A imagem da infância é construída por um processo de valores dos adultos que geralmente oprimem e inferiorizam o gênero feminino.

Tais valores podem gerar comportamentos machistas as crianças, ficando evidente que, ao brincar de boneca a criança do gênero feminino reproduz um cuidado voltado para a maternidade, enquanto o menino brinca de carrinho, pois em uma sociedade opressora, o homem deve dirigir e trabalhar, enquanto a mulher cuida da casa e dos filhos, criando assim identidades moldadas em que ocorre um processo de naturalização da família ideal voltada para heterossexualidade e segregação do gênero feminino. O foco na cultura como componente das identidades e dos processos de subjetivação enfatiza a concepção de fragmentação, não estabilidade e de posições ocupadas ao longo da trajetória identitária (SANTOS, 2012, p.106). Causando a separação entre objetos por gênero feminino e masculino.

Através de múltiplos mecanismos de poder a escola classifica, ordena e hierarquiza, separando as pessoas por classe, raça, etnia, religiosidades, sexualidade e gênero. Essas diferenças foram produzidas a partir de certa delimitação de espaço que, através de seus símbolos, a instituição delimita o que cada um pode ou não fazer, o lugar que cada ser deve ocupar e o que devem vestir. Tais marcas de escolarização se esculpam nos corpos dos sujeitos, que de determinadas formas, dava para se notar em que colégio cada indivíduo estudou, sendo ele militar, religioso ou laico.

Quando um professor atribui aos seus alunos o que é brinquedo/brincadeira de menino e de menina, ele está trabalhando com a construção de papéis de gênero (masculino e feminino). Papéis são basicamente padrões, ou regras arbitrarias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos

de se relacionar ou de se portar (LOURO, 2003, p. 23). Gênero faz parte da identidade do sujeito, mas o sujeito em sua identidade é plural em constante transformação, não se deve limitar pela estereotípica do que é colocado com feminino e masculino.

Os processos formativos de identidade são compostos pelas relações sociais e culturais, vivenciadas em diferentes grupos, entre os quais: são elas: família, escola, religião, círculo de amigos, relações sociais no trabalho, etc. No ambiente escolar acontece a produção de certa masculinidade dada pelo processo de escolarização do corpo, demonstrando como a escola produz o disciplinamento de corpos. Segundo Louro apud Corrigan (2000) nas escolas, os corpos "são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos...". Enquanto em uma escola com caráter masculino a educação é voltada para formação de um ser forte, robusto, viril, guerreiro, saudável, e etc. A escola que prioriza a educação feminina é direcionada ao ser dócil, gentil, discreto, que deve pedir licença, desculpas e ser submissa.

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas. (LOURO, 2000, p.14).

Para Vianna e Finco (2009), as formas de controle do corpo infantil é um processo social e culturalmente determinado, permeado por formas sutis, muitas vezes não percebidas. As características mantidas pela tradição (masculina e feminina) são utilizadas para distinguir os corpos, comportamentos e habilidades de meninos e meninas. O corpo é utilizado como alvo de práticas disciplinares para atingir comportamentos adequadamente estereotipados pela escola, fundamentados pelas diferenças das características físicas e biológicas, ignorando assim o fator cultural que é construído.

Nesta perspectiva a escola nega o pluralismo de identidades, e ignora as interseccionalidades “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Essa ideia torna-se necessária para entender e identificar as múltiplas diferenças nos alunos, para atender as necessidades individuais e coletivas. E também enxergar “como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Então a escola como formadora de sujeitos críticos, autônomos e reflexivos deve assegurar:

O direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados (VIANNA; FINCO, 2009, p. 271).

Ainda com base nas ideias de Vianna e Finco (2009) é na educação infantil que se impõe a conduta nos alunos, pois além do cuidar, o corpo também é construído e educado. É na educação infantil que as crianças passam a maior parte do tempo com outras crianças da mesma idade, mas com manifestações corporais diferentes, frutos da cultura e construção social de cada indivíduo. Meninos e meninas são educados de formas diferentes, seja em casa, na igreja ou na escola. Diferenças essas que não são expressadas pelo fator biológico e sim impressas no corpo das crianças para satisfazer as expectativas de uma determinada sociedade, julga-se de passagem, opressora.

Não é por ingenuidade que os indivíduos obedecem a norma, pois desde há muito tempo eles foram instigados por discursos autocratas, a acreditar que alguém exerce o povo e que devem obedecer passivamente a esse mecanismo, sem reconhecer que o poder é expansivo e que toda relação se trata de poder. Faz-se necessário que os indivíduos se identifiquem dentro destas relações de soberania, para que assim possam atingir sua autonomia, tendo a consciência que estão submersos em relações de poder e que não existe uma exterioridade a elas.

Desde muito cedo as instituições disciplinares controlam os corpos dos sujeitos e os moldam segundo convicções pré-estabelecidas agindo de acordo com os princípios da sociedade capitalista que:

Investem sobre o corpo e o tempo do indivíduo princípios de utilidade e docilidade ao mesmo tempo em que a dimensão epistemológica encontra-se presente a todo o momento, extraindo saberes do sujeito que ali se encontra e produzindo novos saberes que, após assumirem um caráter científico, pedagógico ou político, retornarão sobre estes mesmos indivíduos sob a forma de discursos oficiais, cientificamente validados, ou de biopolíticas de controle da população (MOURA, 2010 p. 72).

Para se constituir a produção de novos saberes que colaboraram para a construção do saber pedagógico e se modificaram de acordo com o tempo, as instituições extorquem dos indivíduos uma espécie de saber através das técnicas disciplinares que controlam e normalizam os indivíduos através do discurso. Para Foucault (1996, p. 208). O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação de escolas normais. Assim se cria uma norma, um padrão geral a ser seguido e acatado. A escola disciplinar se constitui em um instrumento privilegiado para a fabricação de indivíduos que irão ocupar a posição de marginalidade (MOURA, 2010 p.75). O que não significa que aqueles que não seguem essa norma estabelecida estarão excluídos, pois a escola não tem por intenção excluir, pelo contrário ela deve acatar, abranger até os que são tidos como “anormais” já que não existe um aspecto a esse processo de poder em que a marginalização faz parte, sendo uma forma de aproveitar este indivíduo.

Semelhante a delinquência no sistema penal tem uma utilidade, e incontinente é produzida por esse mesmo sistema, que nas instituições de ensino ocorre a marginalidade. Decorrendo que no primeiro caso ela é acentuada por seus próprios mecanismos, tal como um efeito, que possibilita inúmeras conveniências a esse sistema, já que é possível ter um maior controle sobre os sujeitos, pois eles podem ser constantemente vigiados, sendo assim algo inerente ao próprio mecanismo de poder. O que também acontece com a marginalidade, a repetência, a evasão e a indisciplina não representariam seu insucesso, já que são criadas pela própria instituição para servir a sociedade disciplinar, proporcionando indivíduos úteis a manter a economia do poder.

As escolas por não acabarem com a indisciplina, sugere-se o levantamento de uma hipótese em que ao invés de combater, essas instituições são produtoras tanto da marginalidade quanto da delinquência, assim o aparente fracasso representaria na verdade um sucesso. Os delinquentes, os marginais possuem uma função positiva. É necessário que uma parcela da população seja excluída, colocada em situação de marginalidade, para que o poder e a lei sejam socialmente aceitáveis (MOURA, 2010 p. 83). Assim sendo, fica claro que as instituições de ensino, inseridas no contexto de uma sociedade disciplinar refletem o que é ditado por ela, na formação de indivíduos para atender a demanda que se exige.

Nesse enquadramento podemos atribuir uma parcela da obliquidade escolar, indisciplina e falta de interesse por parte dos alunos na escola, ao fato deles não se identificarem nem com o contexto escolar e nem com os conteúdos, que apesar de serem pensados para eles, em nada participam nessa escolha, sendo sempre receptores passivos. Em determinadas instituições nem mesmo os professores tem autonomia para escolher o que

ensinar, pois a matéria já vem toda pronta em apostilas em que o professor deve apenas reproduzir o que foi estabelecido anteriormente, antes mesmo de conhecer as necessidades dos educandos, perdendo assim sua subjetividade. Apesar da produção de saber, ser um dos aspectos positivos do poder disciplinar, como Foucault ressalta, as técnicas disciplinadoras, transforma os indivíduos em sujeitos obedientes e submissos, prontos a acatarem há todas as ordens, deste modo ao invés de formar indivíduos críticos, as instituições de ensino formam sujeitos que irão servir a mecânica do poder sendo condicionados a atenderem as exigências do mercado de trabalho.

Conclusão

Para Foucault (1999), o poder disciplinar graças a vigilância hierarquizada torna-se um sistema integralizado, ligado ao interior de uma economia e aos fins do dispositivo onde é exercido (p. 201), organizando-se assim um poder múltiplo, automático e anônimo funcionando como uma grande máquina, na qual sua organização dá o poder a quem “manda” e distribui papéis a indivíduos benévolos a obediência.

A punição disciplinar de uma sanção organizadora tem como objetivo promover por meio do corretivo, o arrependimento do sujeito para que não se repita mais o ato “inapropriado” que o mesmo praticou. Dessa maneira, a arte de punir faz com que o professor relacione os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto para que se sigam uma determinada regra, formando sujeitos conformados com o que lhe é atribuído.

A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza* (Foucault, 1996, p. 208). E que ainda, diante de todas essas questões, se enraíza certa violência simbólica que atinge erroneamente a identidade do sujeito, em específico, nas instituições de ensino, os alunos. Violência essa que deve ser combatida, comparada, problematizada e direcionada as questões de gênero, sendo a causa da atribuição de papéis e produção de corpos dóceis e disciplinados no ambiente escolar.

Referências

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2013.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

CASSIANO, Caroline; SILVA, A. Giuliana. **Foucault e a Educação:** as práticas de poder e a escola atual. Revista Modelos- FACOS/CNEC Osório Ano 2- Vol.2 N° 2, Agosto, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista de estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188. 2002.

CRUZ, S. Priscila Aparecida; FREITAS, Silvana. **Disciplina, Controle e Educação Escolar:** Um Breve Estudo à Luz do Pensamento de Michael Foucault. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, 7º edição, Julho, 2011.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 20ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, Brincadeira e Educação:** O jogo e a Educação Infantil. 2ª Edição. Editora Cortez. São Paulo. 1997.

LOURO. G. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis; Vozes, 2010.

LOURO. G. **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Digital Source. Belo Horizonte. 2000.

MOURA, Thelma Maria. **Foucault e a Escola:** Disciplina, Examinar, Fabricar. 2012. 95 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2010.

SANTOS, Alexandre dos. **Gênero em Processos de Orientação Profissional.** Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIANNA, Claudia. FINCO, Daniela. **Meninos e meninas na educação infantil:** uma questão de gênero e poder. São Paulo. 2009.